

NOVO MAPA JUDICIÁRIO

Percalços no Citius dão má imagem do país a investidores

Para os advogados que trabalham com empresas, a forma como os tribunais funcionam pode decidir um investimento. Por isso, também consideram que os problemas recentes agravam “ainda mais a má reputação da nossa justiça”.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Num facto todos estão de acordo: a forma como a justiça funciona pode determinar a atracção de investimento para o país. Não é de estranhar, por isso, que advogados que trabalham com empresas tenham dito ao Negócios que a paralisação do sistema, na sequência do novo mapa judiciário, “vem agravar ainda mais a má reputação da nossa justiça perante os investidores estrangeiros”.

Francisco Brito e Abreu, sócio da Uría-Proença de Carvalho, considera que “a estabilidade e o regular funcionamento das instituições são normalmente, a par de outros, factores determinantes no momento da tomada de decisões de investimento”. Por isso, insiste o mesmo advogado, “é essencial que as dificuldades registadas em resultado da entrada em vigor do novo mapa judiciário sejam totalmente ultrapassadas.”



Advogados defendem que é essencial dar uma resposta rápida às dificuldades que resultaram da entrada em vigor do novo mapa judiciário.

Tanto mais que, como avança Rui Amendoeira, sócio da Miranda, “a justiça portuguesa tem má reputação junto dos investidores estrangeiros, e esse facto tem sido um desincentivo à realização de operações de investimento em Portugal e tem contribuído para que algumas empresas abandonem o país”. Este advogado entende, aliás, que num contexto que é já de si negativo, “a paralisação do sistema na sequência do novo mapa judiciário vem agravar ainda mais a má reputação da nossa justiça perante os investidores estrangeiros, actuais e potenciais”.

Miguel Esperança Pina, sócio da Cuatrecasas-Gonçalves Pereira, sublinha mesmo que “para um

investidor estrangeiro não é aceitável que uma reforma, pensada há vários meses, não tenha sido preparada de modo a evitar a situação de total paralisação da justiça que se viveu nos primeiros dias de Setembro”. O advogado aponta mesmo o caso de um processo urgente com que teve de lidar: “Não se consegue explicar a um cliente, como fomos forçados a fazer, que uma providência cautelar, requerida no dia anterior à indisponibilidade da plataforma Citius, não tivesse sido sequer distribuída – atribuída a um juiz – durante mais de uma semana.”

A justiça é, assim, vista como fundamental, seja para captar seja para manter investimento, mas

segundo Bernardo Reynolds, sócio da sociedade de advogados CCA-Ontier, por mais reformas que se façam, a lentidão do sistema persiste e as pendências nos tribunais continuam a aumentar. “Infelizmente, em Portugal, estamos perigosamente ‘habituaados’ a uma justiça cada vez mais lenta, desorganizada e por vezes caótica”, frisa, para adiantar números da própria Comissão Europeia que apontam para o facto de o país ter “uma justiça mais lenta cerca de quatro vezes do que a média dos 27 Estados da União Europeia”.

Uma justiça que não funcione é, pois, “um entrave grave ao investimento, com especial

destaque para o investimento estrangeiro”, alerta Nuno Líbano Monteiro. De acordo com a experiência deste sócio da PLMJ, “uma das questões que é sistematicamente colocada por investidores é a do modo de funcionamento dos tribunais”. Embora admita que é defensor de reformas no sector, considera imperioso que as mesmas sejam acompanhadas de mudanças de mentalidade por parte dos actores do sistema – juízes, Ministério Público, advogados e funcionários. Em sua opinião, “esse é o principal problema da justiça”. Mas não o único, pois como conclui: “As mentalidades não se alteram por decreto”. ■